

A ARTE DO ACONSELHAMENTO EM KALILA E DIMNA DE IBN ALMUQAFFA^o (SÉC. VIII) E O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL (SÉC. XVI)*

Celia Daniele Moreira de Souza**



Resumo: o presente artigo tem por objetivo discutir a arte de aconselhamento presente no fabulário Kalila e Dimna de Abdullah Ibn Almuqaffa^o do séc. VIII e no manual O Príncipe de Nicolau Maquiavel do séc. XVI, ensejando evidenciar as alegadas semelhanças entre as duas obras, as quais levaram alguns editores a propor uma recepção das ideias de Kalila e Dimna por Maquiavel. Até o momento não há trabalhos disponíveis que de fato investiguem esta relação, logo este artigo pretende analisar se tais semelhanças realmente são verificáveis, ou se as mesmas são inerentes ao gênero tratadístico que teve expressão no período califal abássida no mundo árabe-islâmico e que foi instrumentalizado no Ocidente no período medieval, vindo a compor o estilo chamado “espelho de príncipe”. Por meio dos recursos mobilizados pela História Comparada, propomos que é possível analisar ambas as obras sem o risco de tornar nossa análise anacrônica, uma vez que são as questões que propomos, e não os objetos de estudo em si, que norteiam nossa pesquisa. Aqui relacionamos as proposições de poder e astúcia elaboradas por Maquiavel e Abdullah Ibn Almuqaffa^o, respectivamente representados pelo leão e a raposa, evidenciando o caráter oriental na moral “maquiavélica”.

Palavras-chave: Espelhos de príncipe. Fabulário. Maquiavel. História árabe.

THE ART OF COUNSELING IN KALILA AND DIMNA BY IBN ALMUQAFFA (8TH CENTURY) AND THE PRINCE OF MACHIAVELLI (16TH CENTURY)

Abstract: *the aim of this article is to discuss the art of counseling present in the fabulary Kalila and Dimna of Abdullah Ibn Almuqaffa from 8th century and in the manual The Prince of Niccolo Machiavelli of the 16th century, showing the alleged similarities between the two works, which led some editors to propose a reception of the ideas of Kalila and Dimna by Machiavelli. So far, there are no works available that actually investigate this relationship, so this article intends to analyze whether such similarities really are verifiable, or whether they are inherent to the tratadistic genre that was expressed in the*

* Recebido em 06.04.2018. Aprovado em: 31.07.2018.

** Doutoranda em História Social pela mesma instituição. Mestre em História Comparada (2016). Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012). *E-mail:* celia.daniele@yahoo.com.br



Abbasid caliph period in the Arab-Islamic world and which was instrumentalized in the West in the medieval period, composing the style called “mirror of prince”. Through the resources mobilized by Comparative History, we propose that it is possible to analyze both works without the risk of making our analysis anachronistic, since it is the questions we propose, not the objects of study itself, that guide our research. Here we relate the propositions of power and cunning elaborated by Machiavelli and Abdullah Ibn Almuqaffa, respectively represented by the lion and the fox, evidencing the oriental character in the “Machiavellian” morality.

Keywords: *Mirror for princes. Fabularies. Machiavelli. Arab history*

OS MANUAIS DE GOVERNANTES

O presente artigo tem por objetivo discutir a alegada semelhança entre a arte de aconselhamento presente no fabulário *Kalila e Dimna* de Abdullah Ibn Almuqaffa⁶ do séc. VIII e no manual *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel do séc. XVI, ensejando evidenciar um possível diálogo entre as obras. Conhecemos exemplos literários de aconselhamento de governantes desde a época antiga. O guia considerado inaugurador desta literatura no Ocidente é *A Nicocles* de Isócrates do séc. IV a.C., o qual possui elementos sistematizadores que viriam a identificar o gênero, como o ideal de governante, as responsabilidades e os deveres do mesmo, as normas de administração e “a formação e a educação do príncipe” (SOARES, 1994 *apud* MUNIZ, 2001, p. 90). Neste manual, Isócrates ministrou conselhos diretamente a seu antigo discípulo, Nicócles, então alçado rei de Salamina, aconselhando-o que um rei deveria ser sábio em atos, pensamentos e palavras, culto, nobre, generoso, rodeado de homens virtuosos, leal em seus atos, sendo amado por seu povo, porém também temido, pois a bondade aliada à fraqueza suscitaria ingratidão e desprezo do povo por seu rei.

No mesmo período, por volta de 370 a.C., foi elaborado a *Ciropédia* de Xenofonte, a qual é relevante citar porque a mesma está presente em *O Príncipe* como exemplo de escritos tradicionais sobre a *virtù* (NEWEL, 1988, p. 109). Como no manual da mesma época de Isócrates, Xenofonte buscou construir retratos de homens paradigmáticos para composição de uma Paidéia¹ e da formação do governante, citando personagens históricos como exemplos da excelência humana (LIMA, 2012, p. 13). Ainda que os manuais da Antiguidade Clássica trouxessem valores que ainda atualmente são considerados louváveis, neles encontramos conselhos em que a postura do governante fugiria daquilo considerado “justo” e “ético”. Por exemplo, Xenofonte é uma fonte recorrida por Maquiavel ao justificar que o governante deve aprender a enganar para atingir seus objetivos (NEDEL, 1996, p. 61).

No mundo oriental, os manuais de governantes mais antigos remontam à Índia, de onde muitas obras saíram e circularam no Oriente por meio de versões traduzidas, como foi o caso mesmo de *Kalila e Dimna*². Uma das obras antigas mais emblemáticas é *Arthashastra* de Kautilya – o qual foi chamado no Ocidente de o “Maquiavel da Índia”³ – datada no séc. IV a.C., e que fora largamente estudada nos reinos hindus e sultanatos muçulmanos até o séc. XII d.C., tendo ficado perdida por séculos e sendo redescoberta apenas em 1909 (ALLEN, 2012). *Arthashastra* é um manual de administração pública e seus capítulos atêm-se a assuntos que competiam à função administrativa do governante, como assuntos concernentes à prostituição, à tortura, ao patrimônio das esposas, entre outros (BATH, 1988, p. 83). Com cento e cinquenta capítulos, a obra propõe uma organização e administração da “máquina estatal” com frieza e objetividade. O intento da governança era o controle e a supervisão da atividade de todos, a fim de assegurar a maior riqueza possível do reino. Para tal, o governante deveria saber não apenas ser amado, como temido, o que era obtido por meio de uma eficiente arte da punição (BATH, 1988, p. 85-7). Para o historiador Charles Allen, *Arthashastra* seria revolucionário por aventar que um bom governo não se basearia em orações, sacrifícios aos deuses ou oferendas aos brâmanes, mas no treinamento para a liderança (ALLEN, 2012).

Outro estilo oriental de guia aos governantes foram as fábulas moralizantes surgidas por volta do séc. III a.C. e conhecidas como *Contos de Bidpai* (ou Pilpai) ou *Panchatantra* na sua versão indiana,



estes encontrados em *Kalila e Dimna*. Estas eram reformulações com caráter político dos contos dos círculos budistas, chamados “contos de nascimento” (*Histórias de Jataka*) nos quais Buda aparecia na forma de vários animais exemplificando a sua doutrina religiosa (LESSING, 2008, p. 50-4). Nos *Contos de Bidpai*, os animais representariam paradigmas humanos e passariam mensagens de cunho doutrinário político, porém mais do que uma função meramente prática, estas fábulas ensejavam o aprimoramento moral do governante. Entretanto, cabe salientar que, ainda que houvesse tal postura moralizante, esta não necessariamente correspondia aos valores cristãos e islâmicos das culturas as quais leriam esta obra posteriormente. Na tradição indiana, presente em *Kalila e Dimna*, assume-se que é direito de todos os indivíduos possuírem quatro objetivos de vida (*Purushartha*), sendo eles: *dharma*, a busca da lei moral; *artha*, a busca do bem-estar econômico; *kama*, a busca de beleza e amor; e *moshka*, a busca pela vida no além. Nesta ótica, os quatro objetivos são legítimos e não se opõem entre si, devendo o governante agir de maneira que seu povo tenha direito aos *Purushartha* que desejar. Dessa maneira, seus atos acabariam justificados por princípios políticos de conduta (*Niti Sastra*), havendo para a tradição indiana uma distinção entre o que o governante é ou representa institucionalmente e aquilo que ele é no seu foro íntimo, pessoal. Para esta tradição, não importaria o caráter do governante, e sim como ele articularia os objetivos de seu governo a fim de prover o bem-estar social expresso pela conquista das metas de vida de seus súditos (ALPHONSO-KARKALA, 1975, p. 73-91).

Ainda que esta tradição pudesse soar antagônica aos valores cristãos e islâmicos, ela molda o pensamento das fábulas políticas que serão traduzidas e circulariam no mundo medieval e moderno. O mundo árabe-islâmico herdaria as fábulas indianas de sua tradução para o persa, e faria delas o meio mais profícuo para a difusão das ideias sobre os modos de governança (MATOS, 2009, p. 14-5).⁴ Sabidamente, para os muçulmanos o Alcorão sempre fora a fonte por excelência dos conhecimentos acerca do mundo, seja ele político, social ou religioso, porém o mesmo nunca deslegitimou a autoridade política em detrimento da fé.⁵ Outros fabulários, inspirados nos contos indianos, foram produzidos e identificados com a temática e os valores islâmicos (JAROUCHE, 2005, p. XXXVIII),⁶ porém o pensamento crítico político não se fundiu à religião, havendo desde o século IX duas legislações atuantes na *dar al-islam*⁷: a *charía*, lei religiosa depreendida dos textos sagrados e das interpretações dos ulemás⁸, e a *qanun*, lei secular feita pelos califas e sultões para gerir seus reinos, estas largamente discutidas em obras políticas (PINTO, 2010, p. 86), como *Os Prolegômenos* de Ibn Khaldun.⁹

Segundo a historiadora Nair Soares, os tratados de educação de príncipes tiveram larga produção do séc. IV a.C. até o fim do séc. XVI, e ao longo dessa trajetória, difundiu-se por todos os cantos do mundo, adotando diversas formas e abordagens, ainda que não perdessem uma certa identidade, esta notadamente concordante com o tempo de sua produção (SOARES, 1994, p. 95 *apud* MUNIZ, 2012, p. 91). Apesar desta diversidade e riqueza das obras de tema político, na Idade Média Ocidental que se elaboraria um modelo definido para se aconselhar governantes, este seria chamado “espelhos de príncipe” (*speculum principum*). Além dos exemplos da Antiguidade Clássica, como Isócrates, Xenofonte e também Aristóteles, a *Historia Magistra Vitae* de legado romano¹⁰ baseada na compilação dos grandes personagens da História seria retomada no Medievo como um gênero de manual para governantes, como pode ser visto nos capítulos sobre o Imperador Felix na obra *A Cidade de Deus* de Santo Agostinho, aqui então entremeada à doutrina cristã (BIGNOTTO, 2003, p. 273). Para o filósofo Eric Voegelin, tais capítulos de Agostinho marcariam o início do gênero literário espelho de príncipe pela sua grande influência sobre a teoria e a prática de governo no Ocidente Medieval, desde que Carlos Magno os teria adotado como uma espécie de livro-guia (VOEGELIN, 1982, p. 71, *apud* EHRHARDT, 2008, p. 2).

Na Idade Média se tornaria comum dirigir-se aos governantes para aconselhá-los, como forma de garantir-lhes o sucesso em suas empreitadas, entretanto, diferentemente dos manuais antigos, a literatura medieval de aconselhamento se valia na ideia de que um bom governo surgiria da prática das virtudes cristãs em todas as circunstâncias, ou seja, o espelho no qual o príncipe se guiaria correspondia irrestritamente às virtudes consagradas pela tradição apreendida na literatura moralizante (BIGNOTTO, 2003, p. 134). A ideia contida neste modelo era de que o príncipe ao seguir as instruções contidas nos manuais de governança, se tornaria perfeito e, por conseguinte, todo o seu reino também, o que atenderia à ideia de Santo Agostinho cuja realidade terrestre corresponderia a uma



réplica bem-sucedida de um tipo ideal quando refletida num “espelho” (LE GOFF, 1999, p. 360, *apud* HAHN, 2012). Este sentido de “espelhar-se” corresponderia a um “simbolismo catóptrico”, em que, em um primeiro momento o manual tem a função de refletir o interior do homem a partir dos seus atos e, em última medida, a imagem do Criador; e em um segundo momento, com o incremento do neoplatonismo, teria como função – extraída de dois *topoi* de autoconhecimento – ser o “espelho da alma” e o “espelho-modelo” (JOHNSON, 1995, p. 63, *apud* MUNIZ, 2001). Segundo o literato Einar Mar Jónson, é por meio desta dispersão da atmosfera do simbolismo catóptrico que surgiria o gênero literário que empregaria o termo “espelho” em seus títulos (MUNIZ, 2001, p. 157).

O formato do espelho de príncipe viria a ser sistematizado no séc. IX pelos carolíngios, mas posteriormente se consolidaria no séc. XIII, adquirindo um viés político mais eminente, voltado a aspectos pragmáticos da governança, sobretudo da justiça, considerada a principal virtude do príncipe. Dessa maneira, fundamentalmente os espelhos de príncipe se constituiriam uma reflexão moral sobre o poder civil, calcada em modelos e símbolos cristãos (MUNIZ, 2001, p. 90).

Seguindo o modelo destes espelhos de príncipe, no séc. XVI Maquiavel elaboraria a sua obra mais importante *O Príncipe*, entretanto ainda que a forma atendesse ao que fora sistematizado, o conteúdo fugiria da sua ética cristã característica e se aproximaria dos valores encontrados nos manuais de governante orientais. Destes, sabemos que *Kalila e Dimna* foi um dos que alegadamente circulou e foi traduzido para línguas europeias, portanto nossa proposta parte da hipótese que Maquiavel tivera contato com as ideias contidas no fabulário árabe, tendo por isto, elaborado um novo modelo de aconselhamento de príncipe na modernidade ocidental.

Essa verificação é possível por meio do aporte teórico-metodológico oferecido pela História Comparada, e que aqui mobilizamos a contribuição do historiador Jürgen Kocka pela desprovincialização da história, a fim de se pensar em processos de mútua influência como uma rede de cruzamentos, como sugerimos haver no diálogo entre as obras de Ibn Almuqaffa^c e Maquiavel. O rompimento das continuidades temporais nesta análise historiográfica é evidente, porém mais do que a proximidade e/ou a correlação direta entre os mesmos, são as perguntas formuladas que reúnem as semelhanças e as diferenças dos objetos comparados para a sua reflexão. A relação entre os objetos de estudo que possibilita ao pesquisador esclarecer os casos singulares ao contrastá-los uns com os outros e é o que leva ao entendimento do estudo levantado (KOCKA, 2003, p. 39-44).

A análise comparativa busca esclarecer determinada problemática social, política, histórica e/ou filosófica por meio da comparação de semelhanças e discrepâncias encontradas nos discursos dos autores, independentemente de sua proximidade temporal, cultural ou espacial. Nossa questão aqui levantada é quanto à circulação dos manuais de governança e se podemos verificar uma recepção de ideias orientais no Ocidente justamente em uma das obras mais emblemáticas do gênero, *O Príncipe* de Maquiavel.

KALILA E DIMNA E OS CONSELHOS INDIANOS EM VERSÃO ÁRABE

Como comentado previamente, *Kalila e Dimna* não é uma obra genuinamente árabe, ela é uma versão em língua árabe obtida da tradução para o *pahlevi* (persa) de um compêndio de obras políticas em sânscrito, sendo a maior inspiração o fabulário *Panchatantra*, cujo título significa “Cinco Princípios”. O nome original referia-se a cinco princípios políticos de conduta (*Niti Sastra*) que deveriam ser instrumentalizados pelos governantes, sendo eles: como separar aliados, como vencer aliados, como e quando promover guerra e paz, como prevenir a perda de algo conquistado, e como evitar ações desnecessárias (ALPHONSO-KARKALA, 1975, p. 75). Estes princípios foram expostos na voz de animais, compondo enredos que serviam para ensinar aos príncipes a arte da governança. O nome *Kalila e Dimna* é referência aos nomes de dois chacais¹¹ presentes em *Panchatantra* e que são responsáveis por algumas fábulas apresentadas.

A versão aqui trabalhada é a tradução do persa para o árabe – ou interpretação, pois na época eram termos e conceitos equivalentes – alegadamente feita por um letrado persa chamado Ruzbih, que ao se converter oficialmente ao Islã adotou o nome de Abdullah, porém era conhecido pela alcunha pejorativa de Ibn Almuqaffa^c, “filho do homem de mão atrofiada” (JAROUCHE, 2008, p. XIX).¹² Considera-se que tal versão fora elaborada em meados do séc. VIII, na intercessão entre o



fim do Califado Omíada e o início do Califado Abássida, época turbulenta em que os abássidas buscavam legitimar seu poderio sobre a *dar al-islam*¹³, tendo Ibn Almuqaffa^c sido escriba e conselheiro do segundo califa abássida, Abu Jafar Al-Mansur (754-775). Sobre o tradutor, o mesmo era uma figura controversa, Ibn Almuqaffa^c aparece em vários registros abássidas sob acusações de heresias – pelo fato de citar na abertura de *Kalila e Dimna* o zoroastrismo com elogios – e por acusações de adultério, algo que associado às expressões amorais presentes no fabulário contribuiu para manter sua versão com ressalvas pelos leitores árabes, como diz o sábio persa Al-Biruni:

E os indianos possuem muitas artes [derivadas] de outras ciências, e livros quase inumeráveis, os quais, todavia, não conheço em sua totalidade. Eu apreciaria muito poder traduzir o livro Panchatantra, conhecido entre nós como Kalila e Dimna, e que circulou entre o persa e o hindu [sic, por “sâncrito”], e a seguir entre o árabe e o persa, na linguagem de um grupo em cujo trabalho não se pode ter confiança, como é o caso de Abdullah Ibn Almuqaffa^c, que nele acrescentou o capítulo de Burzuwayh, objetivando gerar dúvida naqueles cuja fé religiosa é débil, e leva-los a propagar a doutrina maniqueísta. Sendo ele suspeito no que acrescentou, não deixaria de o ser no que traduziu (ALBIRUNI, 1983, p. 11, *apud* JAROUCHE, 2008, p. XXIX).

Apesar de Ibn Almuqaffa^c ser dado como primeiro tradutor para o árabe de *Kalila e Dimna*, há dúvidas se a versão largamente conhecida seria mesmo dele, ou haveria outros tradutores conforme alguns manuscritos alegam existir contribuição (JAROUCHE, 2008, p. XXXV). De toda forma, a relevância de sua obra mantém seu status à revelia da má fama de Ibn Almuqaffa^c.

Kalila e Dimna possui dezessete capítulos, os quais os seguintes tiveram sua origem rastreada em *Panchatantra*: “O Leão e o Touro”, “A pomba de Colar”, “As Corujas e os Corvos”, “O Macaco e o Cágado”, “O Asceta e o Mangusto” e uma parte do capítulo “O Viajante e o Joalheiro”. Os capítulos “O Gato e o Rato”, “O Rei e a Ave Finza” e “O Leão e o Chacal” foram localizados na epopeia milenar sânscrita *Mahabharata*. E três capítulos possuem fonte presumivelmente – pois as fontes originais não estão disponíveis – indiana, o “Iblad, Iraht e Xadarm, rei da Índia” e o “O Filho do Rei e seus Amigos” de tradição budista e o “A Leoa e o Animal Xa^char” de tradição bramânica. Os capítulos “Investigações sobre Dimna”, “Mihrayz, o rei dos ratos”, “A Garça e a Pata” e “A Pomba, a Raposa e a Garça” são considerados árabe-muçulmanos (JAROUCHE, 2008, p. XLIII-XLIV). Assim como em *As Mil e Uma Noites*, obra máxima do período abássida, as narrativas dos capítulos fusionam-se entre si, criando a percepção de entrelaçamento das histórias narradas, que no fim atendem ao princípio político a ser doutrinado.

Decerto, *Kalila e Dimna*, ainda que de origem indiana, não é uma obra indiana: ela se insere historicamente na legitimação do califado abássida e traz em seu discurso insumos para orientar os novos governantes desta realidade. O Califado Omíada, ainda que tivesse incorporado o modelo aristocrático oriental – bizantino e sassânida – e estabelecido uma corte, tinha seus valores ainda muito fundamentados nas relações tribais, sobretudo na ascensão da tribo coraixita como representativa desta corte, o ideal de pureza árabe, e no estabelecimento de acordos com outras tribos para promover a governabilidade de seu califado (LEWIS, 1990, p. 86). No entanto, com a queda omíada, a legitimação não se dava mais por meio de acordos tribais, mas na assumpção de uma liderança fundamentada em propaganda material e intelectual, em que a distinção de seus soberanos era dada por um cerimonial, e uma nova concepção do papel do califa se estabeleceria, não mais como um representante do Profeta, um “árabe” como qualquer outro – do conceito original de *umma*, em que a comunidade islâmica seria composta de iguais – mas como a “sombra de Deus na Terra”, podendo governar sem necessitar da concordância das tribos árabes. Entretanto, essa imagem alegada não seria aceita imediatamente à conquista, pois no início os abássidas não contavam com o apoio de todos os grupos religiosos, tampouco da elite “latifundiária”¹⁴, aceitação que foi sendo gradativamente construída sob severa autoridade e grande investimento na produção tratadística política, na qual livros como *Kalila e Dimna* tiveram sua expressão (LEWIS, 1990, p. 97-8).

Um exemplo de como máximas ensinadas em *Kalila e Dimna* se configuraram em adaptações da tradição indiana aos valores islâmicos está presente no capítulo VII, “Iblad, Iraht e Xadarm, rei da Índia”, originalmente uma lenda budista, mas que é reinterpretada sob o conceito de *hilm*¹⁵, que



na exegese islâmica representa a virtude da paciência. Ibn Almuqaffa^c apresenta esta virtude como o atributo chave para o sucesso do rei na fábula supracitada, o qual segue os conselhos de seu secretário, Iblad e, por fim, consegue impedir que seu reino fosse perdido, derrotando os brâmanes que ensejavam destituí-lo. No fim, Ibn Almuqaffa^c acaba ainda por enfatizar a importância dos conselheiros para o governante, aludindo seu papel neste fabulário para o Califado Abássida (LONDON, 2008, p. 197). Destarte, ainda que a história e os personagens condissessem com outra realidade, o discurso budista em oposição aos brâmanes, casta superior e religiosa hinduísta, em *Kalila e Dimna* o tradutor cria uma nova interpretação à narrativa, conciliando-a com os valores da sociedade a qual a recepcionava.

Outro dado importante a se pensar é a escolha do formato de fabulário, pois parece inusitada como meio pelo qual um princípio político seria ministrado, porém esta opção encontra justificativa dentro do prefácio de Ibn Almuqaffa^c:

Os homens inteligentes de todas as épocas sempre estão em busca do que os faça ser compreendidos: para tanto, entabulam várias espécies de artimanhas e intentam dar a conhecer os argumentos que possuem. Isso os levou à composição deste livro, no qual condensaram os mais eloquentes e elaborados discursos na boca de aves, alimárias e feras, concatenando, aí, duas questões: quanto a eles, encontraram um lugar para dispor o discurso, e vertentes para percorrer, quanto ao livro, reuniu sabedoria e diversão. Assim, os sábios elegeram-no por causa da sabedoria, e os néscios, por causa da diversão (IBN ALMUQAFFA^c, 2008, p. 5).

Assim, tal formato permitiria também que o seu sentido se tornasse oculto aos ignorantes, pois apenas aqueles que tivessem sabedoria poderiam aprender os ensinamentos apresentados no fabulário. Ademais, como mesmo o tradutor persa diz, o formato permitia uma melhor leitura por unir aquisição de conhecimento com entretenimento.

Ao longo dos capítulos, as histórias narradas são apresentadas por paradigmas, isto é, a cada momento de decisão ou de explanação da história, o animal responde que sobre o assunto discutido ou a situação vivida, ele recordava de um paradigma que explicaria a sua atitude ou postura do mesmo. Tal fórmula é repetida inúmeras vezes, basicamente como resposta e contrarresposta entre os personagens até o clímax – e a moral da história – ser alcançado. A linha narrativa não segue uma ordem temporal, nem no livro como um todo, nem nos capítulos, as situações ora estão no presente, ora no passado paradigmático, e por fim, a própria narrativa acaba por se configurar em um novo paradigma a ser utilizado pelo leitor para justificar e analisar a si mesmo. Segundo Mamede Jarouche, a estrutura das argumentações segue a seguinte fórmula:

A personagem “A” pretende fazer tal coisa, ou deixar de fazer tal coisa, e a personagem “B” quer dissuadi-la de fazer tal coisa, ou convencê-la a fazer tal coisa; ou, ainda, a personagem “A” pretende justificar “B” (e, eventualmente, “C”, “D” etc.) o que fez ou deixou de fazer, ou reforçar a necessidade de fazer algo. Estabelece-se, então, o cenário em que as personagens argumentam, consoante a pertinência, com uma formulação de caráter em geral universalista, amiúde em forma de provérbio, como por exemplo: “sabe-se que todo aquele que se mete com o que não é de sua conta se dá mal”, seguida de “tal como se deu com X”, o que quase invariavelmente leva o interlocutor a indagar: “e como foi isso? ”, ao que o outro responde com um paradigma ou história exemplar: “Conta-se que...”. Esse método curioso de exposição torna a leitura agradável e fluente, deixando a fábula recheada de subnarrativas, que por sua vez podem conter outras subnarrativas (JAROUCHE, 2008, p. 107).

São inúmeros os ensinamentos que *Kalila e Dimna* pretendem doutrinar, porém os mesmos não se desvinculam dos princípios expressos no *Panchatantra*, que são os cinco citados anteriormente e que culminam, invariavelmente, em estratégias para o governante manter e expandir seu poder.

Com tanta diversidade e tratando de forma profícua o tema político, a versão árabe *Kalila e Dimna* se tornou muito famosa, não apenas no Oriente, como chegou à Europa via mediterrâneo, meio de contato frequente com a *dar al-islam*. Sua popularidade cresceria na primeira tradução do árabe para o grego por Simeão ben Seth em 1080, mas fora com a tradução para hebraico pelo rabino Joel em 1250 que ganharia definitivamente grande destaque no meio europeu. De sua versão hebraica



que Giovanni de Cápua a traduziria para o latim em 1270, alterando-lhe o título para *Directorium Humanae Vitae*, a qual não ficaria apenas famosa e popular na Idade Média, como seria utilizada como base para demais traduções nas línguas europeias modernas, como o espanhol (1313), o alemão (1480) e o italiano (1552) (ALPHONSO-KARKALA, 1975, p. 80-1).¹⁶

Tendo a Idade Média elaborado e produzido os espelhos de príncipe, torna-se curiosa a circulação de uma obra com o mesmo objetivo-fim, mas com metodologia e valores diferentes dos cristãos. A combinação destas vertentes potencialmente produziria uma nova forma da arte do aconselhamento régio, o que aqui sugerimos que tenha acontecido em *O Príncipe* de Maquiavel.

MAQUIAVEL E A INOVAÇÃO NA ARTE DE ACONSELHAMENTO EM *O PRÍNCIPE*

Nicolau Maquiavel (1469-1527) escreveria *O Príncipe* por volta de 1513 em Florença, num momento de desgraça pessoal, após ter sido preso e torturado. Buscando retomar seu prestígio, ele moldou seus conhecimentos em uma forma conhecida: os espelhos de príncipe. Segundo o filósofo Newton Bignotto, esta escolha seria uma estratégia de Maquiavel para demonstrar sua utilidade às atividades políticas, advinda de sua larga experiência dos anos de vida pública e dedicada à observação da natureza humana (BIGNOTTO, 2003, p. 140). Entretanto, apesar da forma tradicional, *O Príncipe* fugiria em essência a estes tipos de manuais.

Primeiramente, o manual de aconselhamento de Maquiavel visava, maiormente, atender ao “príncipe novo”, algo condizente com a constante mutabilidade que passava a política italiana. Um dos motivos, por sinal, para a má fama de Maquiavel, fora sua escolha de César Bórgia para representar este exemplo, algo contraditório para os valores da época, uma vez que o exemplo dado nos espelhos de príncipe era de um governante bom, caridoso, ético, e não um conhecido governante ambíguo e cruel, como fora Bórgia (BIGNOTTO, 2003, p. 141). Considerando este personagem histórico seu exemplo, o fim de sua liderança seria justificado pela efemeridade de todo poder. Para Maquiavel, não existiria poder que durasse para sempre (BIGNOTTO, 2003, p. 195).

Ao se basear neste príncipe que, por ser novo também é conquistador, Maquiavel considerou dois argumentos como fundamentais para a manutenção de seu poder: a compreensão do passado como um guia importante para aqueles que exerciam o poder, conformando assim, a imitação como o caminho mais adequado a ser seguido; e o segundo argumento, a aceitação da natureza má do homem, algo que o oporia a outros pensadores de sua época os quais consideravam o homem um ser voltado à busca do bem. Para ele, o governante não deveria contar com a bondade dos outros, uma vez siderasse a natureza humana repetitiva, ele nunca poderia prever como dada situação evoluiria a cada momento (BIGNOTTO, 2003, p. 244). O homem apenas poderia conhecer da *fortuna* seus efeitos e sua manifestação, porém nunca suas vontades e quando de sua atuação. Segundo argumenta o historiador Quentin Skinner, em outra obra, *Discursos* de 1531, Maquiavel aprofundaria tal noção da imprevisibilidade da *fortuna* ao assumir uma posição fatalista diante da mesma, defendendo a ideia de que todos os Estados estariam presos a um ciclo inexorável de apogeu e declínio, pensamento que seria consequência do crescente desamparo que os humanistas vivenciavam diante das derrotas na luta pela defesa da “liberdade republicana” (SKINNER, 1999, p. 207). Skinner relaciona esse fatalismo à teoria polibiana¹⁷, mas curiosamente ela também fora trabalhada por Ibn Khaldun no início do séc. XV em seu *Prolegômenos*, quando este formula a teoria sobre a importância do “espírito de corpo” (*asabiyyah*) no processo de conquista e manutenção de poder (BÍSSIO, 2012, p. 51).

Outro dado inusitado do trabalho de Maquiavel em *O Príncipe* foi o questionamento da relação entre política e ética. Diferentemente dos autores dos espelhos de príncipe que faziam da ética o ponto fundamental de reflexão da prática política e, assim, punham a ética cristã como aquela a ser seguida pelo bom governante (BIGNOTTO, 2003, p. 284), Maquiavel procurou averiguar sua eficácia e a possibilidade de o governante fugir a esta regra caso ela não fosse a melhor opção para atingir seus objetivos (BIGNOTTO, 2003, p. 297). Dessa maneira, em seu trabalho a política é alçada a uma posição de destaque, passando a ser a ética um dos possíveis caminhos que o príncipe poderia seguir, desde que ela fosse a melhor escolha para a manutenção do poder do príncipe, como ele diz em seu capítulo XVIII:



Todos concordam quão louvável é um príncipe fiel e que viva com integridade e não com astúcia; no entanto, pela experiência em nossos tempos, veem-se príncipes que fizeram grandes coisas, que pouco levaram em conta a fidelidade, e que souberam, com a astúcia, virar as mentes dos homens; e, no final, superaram aqueles que se basearam na lealdade (MAQUIAVEL, 2012, p. 131).

Além disso, não só de um caminho se constituiria o jogo político para Maquiavel, este poderia ser feito de duas maneiras: pelas leis ou pela força. A primeira forma seria própria do homem, enquanto a segunda dos animais, entretanto, na política a primeira nunca seria suficiente, devendo recorrer à segunda quando conveniente. Esta maneira de encarar o jogo político tornava o campo no qual ele se desenrolava um misto de gêneros de ação, não havendo, portanto, um conjunto universal próprio de valores. O governante deveria equilibrar o “ser” e o “parecer”, respeitando as leis, porém recorrendo à força quando os mecanismos de persuasão derivados da lei não fossem suficientes (BIGNOTTO, 2003, p. 365).

A subversão tão alardeada de Maquiavel encontrava-se no fato dele ter recusado os valores cristãos como único caminho para o bom governante, considerando até mesmo a religião cristã enfraquecedora do homem, pois o tornaria errático, o que geraria sofrimento (BIGNOTTO, 2003, p. 339). Daí que se levantaria o adjetivo “maquiavélico”, que seria associado à “intriga”, “traição”, “tirania”, percepções daqueles que julgavam o trabalho do florentino um exemplo de imoralidade e irreligião. De fato, sua obra surgiria num momento de grandes embates religiosos entre cristãos e protestantes, e ela atendia a ambos os lados desta disputa, tanto a reis que se julgariam guiados pela “*raison d’Etat*”¹⁸ quanto a seus opositores, dando insumos para o regicídio (FERES JÚNIOR, 2012, p. 15).

Todavia, é importante ressaltar que Maquiavel não se opunha à fé cristã, tampouco aos valores éticos que dela eram depreendidos, mas sim discutia a possibilidade de haver outros mecanismos para ser bem-sucedido enquanto governante, e que tais meios não necessariamente deveriam atender a uma ética “superior e universal”. Nesse sentido, Maquiavel expõe como objetivo – manter e expandir o poder do príncipe – aquilo que é mais importante para sua governança, porém não como a frase “os fins justificam os meios” – a qual não foi escrita por ele – mas sabendo o governante balancear o bem e o mal, o amor e o temor, de forma que seus súditos e seu reino encontrassem bonança e longevidade.

O DIÁLOGO ENTRE *KALILA E DIMNA* E *O PRÍNCIPE*

Como comentado na introdução, há sugestões que as obras *Kalila e Dimna* e *O Príncipe* possuíam paralelos. Entretanto, tal contato não foi, até o momento, verificado – ou ao menos divulgado amplamente entre os meios acadêmicos. Tais argumentações geralmente se calcam no caráter “maquiavélico” que possuiriam os tratados políticos indianos e árabes, uma análise anacrônica, mas que sugere que o “maquiavelismo” apregoado a Maquiavel seria na verdade uma essência e uma visão políticas orientais (LONDON, 2008, p. 205-6).

Buscar a essência e visão política de um dado contexto e cultura, como o caso de *Kalila e Dimna* em outra obra, como *O Príncipe*, demandaria um estudo minucioso e que fatalmente recairia na investigação das escolhas dos termos mobilizados por cada autor, Ibn Almuqaffa^c e Maquiavel, abrangendo todo um conhecimento filológico e histórico, o que não é o objetivo de um ensaio acadêmico, que é este artigo. Porém, os indícios que encontramos nas discussões acerca das obras nos levaram a um dado palpável: a relação argumentativa entre o capítulo XVIII de *O Príncipe*, “De Que Modo Manter a Fé nas Palavras do Príncipe” e o capítulo VII “O Leão e o Touro” de *Kalila e Dimna*. Baseando-se na análise comparativa, que nos ateremos aos pontos que demonstram semelhanças quanto à relação entre poder e astúcia expressa nos exemplos apresentados por Ibn Almuqaffa^c e Maquiavel.

Certamente, Maquiavel escreveu de acordo com o clima político de uma Florença renascentista, porém neste capítulo, quando ele generaliza sobre a natureza do poder e seu funcionamento, e segundo o historiador Alphonso-Karkala ele estaria reproduzindo valores e julgamentos contidos no capítulo “O Leão e o Touro”. Os mesmos estariam presentes na metáfora do leão e da raposa, quando Maquiavel apresentou a teoria do uso da lei e da força (ALPHONSO-KARKALA, 1975, p. 82). Eis o trecho:



Sendo, portanto, um príncipe necessitado de bem saber usar as bestas, deve escolher entre elas a raposa e o leão; pois o leão não se defende das armadilhas e a raposa não se defende dos lobos. É preciso, portanto, ser a raposa para conhecer as armadilhas, e leão para amedrontar os lobos. Aqueles que se comportam somente como leões não entendem do assunto (MAQUIAVEL, 2012, p. 132).

Segundo mesmo aponta Maquiavel, os ensinamentos que levaram aos príncipes a aprender a lidar com a força das “bestas” foram passados dissimuladamente, o que a tradutora Leda Beck deduz que seja por meio da mitologia por ele citar o centauro e Aquiles (BECK, 2012, p. 131). Curiosamente, as fábulas também foram um meio “dissimulado” de se ensinar príncipes, como mencionado anteriormente, sobre o uso da força na política, porém não podemos alegar diretamente se Maquiavel poderia ter associado o conhecimento das “bestas” com o conhecimento dos fabulários.

Ainda assim, tal discussão em Maquiavel encontra paralelos com a trama ensejada no capítulo apresentado no fabulário *Kalila e Dimna*, na proposição entre ser o poder ou ser o saber. Enquanto o breve capítulo de Maquiavel se coloca de maneira prática, na versão traduzida compondo-se de quatro páginas, o capítulo de *Kalila e Dimna* se estende por quarenta e sete páginas, sendo composto de histórias, chamadas de paradigmas, que se desdobram em outras histórias, todas com um fundo moralizante, relacionando-se ao teor discutido no capítulo.

No capítulo do fabulário, a história principal trata de *Dimna*, um chacal – ou raposa, um canídeo – que decide se unir ao leão, rei Binkala, e ganhar vantagens de ter sua proteção por meio da inteligência. Sua companheira, outra raposa, Kalila, a acompanha nessa história à distância, mas a aconselhando também com paradigmas. A trama principal se estabelece com a intriga com a chegada do touro Xanzaba à corte, o qual ganha a confiança do rei, tirando a posição privilegiada de Dimna. Com medo de perder vantagens na corte, Dimna articula um plano para que o leão Binkala duvide da honestidade do touro, rompa relações com ele e, por fim, o destrua. Ao longo desta façanha, vários paradigmas são postos, ressaltando que muitas vezes a astúcia pode ser mais eficaz que a força. Kalila chega a questionar o plano de Dimna, pois este como chacal seria mais fraco que o touro e o leão, ao passo que Dimna rebate: “Absolutamente não atentes para minha pequenez e debilidade, pois as coisas não se dão com força e grandeza. E quantas vezes alguém fraco e pequeno atingiu, com sua astúcia, estratégias e engenho, coisas que muitos fortes foram incapazes de atingir?” (IBN ALMUQAFFA^c, 2008, p. 62).

Após essa resposta, Dimna contaria o paradigma da cobra naja e do corvo, concluindo-o com mais uma ressalva sobre como a astúcia pode ser uma melhor estratégia que a força: “*só te relatei este paradigma a fim de que saibas que, às vezes, a astúcia produz mais benefício do que a força*” (IBN ALMUQAFFA^c, 2008, p. 64). Por fim, o leão, mesmo sendo o rei da floresta, é enganado pelo chacal, matando o touro, e sendo seduzido pelas palavras de Dimna, que o tem como seu aliado de mais alta estima (IBN ALMUQAFFA^c, 2008, p. 91-2).

Para o paradigma apresentado neste capítulo, cabe muito bem a expressão apresentada no capítulo XVIII de Maquiavel que fala: “*aqueles que se comportam somente como leões não entendem do assunto*” (MAQUIAVEL, 2012, p. 132). Leda Beck, assim como outros tradutores, relacionam esta passagem com uma releitura de Cícero oriunda da obra *De Officiis* (BECK, 2012, p. 132), porém consideramos haver aqui uma alusão ao caso da raposa e do leão porque aquilo que Maquiavel resumiu em máximas podemos perceber nas detalhadas narrativas do fabulário, as quais expõem os estratégias de Dimna e os conselhos de Kalila, que vão referenciar a argúcia das raposas; que notabilizam a fidelidade e a bondade de Xanzaba, como um bom touro, um animal de carga, por isso também confirmam o seu fim prematuro; e sobressaem a força do rei Binkala, amedrontando seus súditos como um bom leão, mas que o torna suscetível às armadilhas dos jogos de interesses por sua falta de perspicácia.

No mesmo capítulo em que cita a relação entre a raposa e o leão, Maquiavel articula sobre a arte de enganar, de parecer ser aquilo que não necessariamente se é (MAQUIAVEL, 2012, p. 133). Dimna na fábula manipula o ser e o parecer para conquistar um papel na corte do leão; ela promove a dissensão entre os amigos leão e touro, e assim assume a posição que era do último, ao enganar quanto à verdadeira natureza do touro e quanto a sua própria natureza. Para se valer de seus objetivos, Dimna operou contra princípios éticos e morais, e o seu sucesso corresponde ao exemplo que Maquiavel traz ao príncipe para



o jogo político, alegando sua eficácia porque “os homens julgam mais com os olhos do que com as mãos” (MAQUIAVEL, 2012, p. 92). Na tradição islâmica, o capítulo subsequente “Investigação acerca de Dimna” irá punir o comportamento do chacal, mesmo que a ideia expressa no capítulo do “Leão e o Touro” mantenha-se praticamente inalterável, tendo apenas o acréscimo de um parágrafo final criticando o fato do chacal ter obtido sucesso numa empreitada tão nefasta (IBN ALMUQAFFA^c, 2008, p. 92). Ainda que houvesse a crítica à imoralidade de Dimna, era inegável que seu método era um exemplo aos governantes que se julgassem fracos, como os principados que Maquiavel conhecera e representara.

Para o historiador Alphonso-Karkala, a depreciação que Maquiavel sofreu por seu manual teria sido causada por ele transpor conceitos que eram socialmente aceitos no contexto original indiano de *Kalila e Dimna* para o cenário europeu renascentista, envolto em disputas religiosas e de uma tradição cristã forte neste tipo de literatura. Maquiavel teria então reinterpretado para a realidade florentina as funções e o papel dos governantes que estavam sob os princípios da *Niti Sastra* (princípios políticos de conduta), entretanto o que não era antagonico para os indianos, o seria para os valores cristãos, assim como foi para os valores islâmicos (ALPHONSO-KARKALA, 1975, p. 85). A artimanha de Dimna, ainda que mantida na coletânea de fábulas na versão árabe, não foge à severa crítica que culminaria na adição de um capítulo apenas para sua “punição exemplar” da raposa, porém se vista com os valores da sociedade indiana antiga, Dimna utilizou-se da astúcia para conquistar o princípio da *Artha*, o poder econômico, o mesmo que legitimaria o manual de Kautilya, o *Arthashastra*, com ações consideradas cruéis, mas que atendiam ao benefício do Estado. A essência presente em Maquiavel, portanto, não seria imoral ou irreligiosa, como alegaram seus detratores, mas calcada em valores que não estavam de acordo com a moralidade cristã de sua época.

CONCLUSÃO

O estudo da relação entre o fabulário *Kalila e Dimna* e o tratado político *O Príncipe* ainda se encontra incipiente, porém os indícios levam a crer em uma recepção das ideias contidas no fabulário por Maquiavel. Apesar de o político florentino citar ao longo de seu manual sábios antigos que foram consultados de forma a legitimar suas máximas e conselhos – como Xenofonte e Cícero – ele não menciona ter tido contato com *Kalila e Dimna*, o que se permite cogitar se foi uma escolha consciente do autor, ou se o mesmo de fato não conhecia a obra. De toda forma, verificamos aproximações que extrapolam a ideia de “coincidência” e que sugerem que as ideias políticas indo-árabes atingiram de algum modo o pensamento de Maquiavel.

Nem todos os historiadores consideram que a recepção das ideias de *Kalila e Dimna* por Maquiavel tenha se dado de maneira direta. Doris Lessing sugere que ambas as obras estariam conectadas via inspiração por *Arthashastra*, sendo a semelhança entre elas devedora desta fonte (LESSING, 2008, p. 67). Fato é que os capítulos de *Kalila e Dimna* não se relacionam diretamente com *Arthashastra*, porém aqueles que foram extraídos de *Panchatantra* possivelmente podem tê-la inspirado. Quanto a Maquiavel, seu contato poderia ter se dado ou pela circulação das ideias de *Kalila e Dimna* no cenário social-político florentino ou por uma leitura de suas traduções e/ou versões. Alphonso-Karkala afirma que as fábulas de *Kalila e Dimna*¹⁹ circularam traduzidas no meio político em que se inseria Maquiavel, antes dele se tornar secretário do Conselho dos Dez na República de Florença em 1498, e até mesmo previamente dele participar da política de Florença. Tal argumento se justifica pela circulação da versão latina de Cápua impressa em 1480 e reimpressa em 1483, tendo tido muita aceitação durante a juventude de Maquiavel (ALPHONSO-KARKALA, 1975, p. 82). De todo modo, as naturezas destas obras são muito próximas e certas argumentações elencadas por Maquiavel podem ser encontradas de maneira bem mais elaborada no fabulário árabe. Ainda que os conceitos primordiais de Maquiavel, *virtù* e *fortuna*, sejam em nome devedores da tradição greco-romana, a compreensão e a mobilização dos mesmos pelo autor parece se calcar em valores cuja origem leva ao Oriente.

Notas

- 1 Processo de educação na Grécia Antiga.
- 2 Sobre isto trataremos no tópico posterior.



- 3 Curiosamente seu nome traduzido do sânscrito significa “o perverso”.
- 4 Além de *Kalila e Dimna*, o mundo árabe elaboraria diversos fabulários direcionados aos governantes de sua época, como os já traduzidos para o português, *O Leão e o Chacal Mergulhador* do séc. XVI e *O Livro do Tigre e do Raposo* do séc. IX. Nestes há o afã de superar a versão indiana, porém com personagens com valores mais islamizados, alterando o sentido da “conveniência” – os fins justificarem os meios – para o julgamento pelo senso comum árabe da recompensa e da reciprocidade. No entanto, em *O Leão e o Chacal Mergulhador* não se altera a noção de que o mal é relativo, podendo inimigos se tornar amigos conforme os interesses políticos discutidos nas fábulas.
- 5 “Ó vós que credes, obedecei a Deus e ao Mensageiro e aos dentre vós que dispõem de autoridade”. Suratu An-nisa, 4: 59. *Alcorão*. p. 86.
- 6 Apesar de *O Livro do Tigre e do Raposo* do séc. IX possuir passagens idênticas às de *Kalila e Dimna*, sua intenção era suplantar a obra original, constando em seu teor a reprodução de fórmulas e sentenças islâmicas, o que segundo Mamede Mustafa Jarouche, seria um indício que *Kalila e Dimna* era considerado falho nesse aspecto.
- 7 Territórios sob a religião islâmica.
- 8 Sábios islâmicos.
- 9 Ainda que *Os Prolegômenos* não seja uma obra voltada ao aconselhamento do governante, o inventário das causas da queda dos reinos feito por Ibn Khaldun perfaz tal estilo.
- 10 *A Historia Magistra Vitae* é um conceito extraído da obra de Cícero (106-43 a.C.), sábio romano, da obra *De Oratore*. Como a tradução no termo diz, ela considera que o conhecimento da história ensinaria sobre como lidar com o presente e o futuro.
- 11 Em algumas versões, eles são dados como raposas.
- 12 Segundo conta o historiador levantino Ahmad Ibn Hallikan (995-1064), o pai de Abdullah, coletor de impostos, sofrera um espancamento ordenado pelo governador do Iraque Al-Hajjaj por supostamente manipular as verbas do Estado, ficando assim com a mão atrofiada.
- 13 Os abássidas depuseram os Omíadas do poder califal de forma extremamente violenta, tendo assassinado praticamente todos a família omíada, com exceção de Abd Rahman, que fugiria para Al-Andalus, onde estabeleceria um Emirado independente do Califado Abássida.
- 14 Donos de terras para agricultura, os quais pagavam impostos ao califa.
- 15 O conceito de *hilm* refere-se à integridade moral e civil que caracterizam o homem civilizado (*halim*), em oposição ao homem que é governado por suas paixões (*jalil*). O conceito de *hilm* se alteraria ao longo do islã, sendo a sua alusão à paciência uma releitura do mesmo conceito pré-islâmico de leniência.
- 16 Cabe salientar que o historiador Alphonso-Karkala trabalha em seu artigo com a circulação da obra *Panchatantra*, entretanto, como o mesmo alude na passagem aqui citada, as versões que circulam pela Europa são traduções da versão árabe, conhecida como *Kalila e Dimna*. Apesar do historiador preferir chamá-la de *Panchatantra*, essa denominação soa incorreta porque os manuscritos em sânscrito desta obra já se encontravam perdidos no momento da elaboração da tradução do persa para o árabe. Consideramos então que Alphonso-Karkala refere-se, basicamente, aos capítulos que estão presentes em ambas as obras.
- 17 Políbio (203-120 a.C.), historiador grego da Antiguidade Clássica, que em sua obra *Histórias* elabora uma teoria sobre a decadência grega.
- 18 Princípio que autorizaria o Estado a violar a lei em nome de um julgamento superior.
- 19 O autor chama de *Panchatantra*, mas como já mencionado, a versão árabe, *Kalila e Dimna*, que foi traduzida do árabe para as línguas europeias.

Referências

ALLEN, Charles. *Ashoka: the search for Indian's Lost Emperor*. Londres: Hachette Digital, 2012, e-book.

ALPHONSO-KARKALA, John B. Facets of Panchatantra. *Sahitya Akademi*, Nova Déli, v. 18, n. 2, 1975, p. 73-91.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, e-book.

BÍSSIO, Beatriz. *O Mundo Falava Árabe*. A civilização árabe-islâmica clássica através da obra de



- Ibn Khaldun e Ibn Battuta. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- EHRHARDT, Marcos Luis. *O Arquiteto do Social: Sêneca e a construção de modelos para a sociedade romana nos tempos do principado a partir da Historia Magistra Vitae*. Curitiba: UFPR, 2008. 228f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2008.
- HAHN, Fábio André. Espelhos de Príncipes: considerações sobre o gênero. *Revista Varia Scientia*, Cascavel, n. 1, p. 151-157, 2006.
- IBN ALMUQAFFA □. *Kalila e Dimna*. Tradução de Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. *History and Theory*, Middletown, n. 42, p.39-44, 2003.
- LEWIS, Bernard. *Os Árabes na História*. Lisboa: Estampa, 1990.
- LIMA, Alessandra Carbonero. *Xenofonte e a paideia do governante*. São Paulo: USP, 2012. 196f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012.
- LONDON, Jennifer. How To Do Things With Fables: Ibn Al-Muqaffa 's frank speech in stories from Kalila wa Dimna. *History of Political Thought*, v. 29, n. 2, p. 189-212, 2008.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Leda Beck. São Paulo: Martin Claret, 2012.
- MUNIZ, Márcio Ricardo Coelho. *O Leal Conselheiro e a Tradição do Espelho de Príncipe: Considerações sobre o Gênero*. Actas del IX Congreso Internacional de La Asociación Hispánica de Literatura Medieval. Noia: Toxo Soutos. v. 2. p. 89-103. Disponível em: <http://www1.uefs.br/nep/arquivos/publicacoes/o_leal_conselheiro_e_a_tradicao_do_espelho_de_principe_consideracoes_sobre_o_genero.pdf>. Acesso em: 10 Set. 2016.
- NEDEL, José. *Maquiavel: concepção antropológica e ética*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- NEWEL, William Reed. *Machiavelli and Xenophon on Princely Rule: A Double-Edged Encounter*. The Journal of Politics, Chicago, v. 50, n. 1, p. 108-130, 1988.
- O ALCORÃO. Português. *O Alcorão: Livro Sagrado do Islã*. Tradução de Mansour Challita. Rio de Janeiro: BestBolso, 489p. 2010.
- O LEÃO E O CHACAL MERGULHADOR*. Tradução de Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Globo, 2009.
- PINTO, Paulo Hilu da Rocha. *Islã: Religião e Civilização. Uma abordagem antropológica*. Aparecida: Santuário, 2010.
- SENADO FEDERAL (Org.). *Coleções Clássicos da Política*. Conselhos aos governantes de Isócrates et al. Brasília: Edições do Senado Federal, 1998.
- SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. Tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Moita. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- WOOD, Ramsay. *Kalila and Dimna*, Vol. 1: - Fables of Friendship and Betrayal from the Panchatantra, Jatakas, Bidpai, Kalilah and Dimnah and Lights of Canopus. Londres: Saqi, 2008. e-book.

